

MONTARGIL, Filipe - "*Partido Popular Democrático (PPD)*". In REIS, António; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (Coords.) - *Dicionário de história de Portugal*: o 25 de Abril. Porto: Figueirinhas, 2017.

Partido Popular Democrático (PPD).

Partido político português com um papel fulcral na institucionalização do regime democrático, constituído no período imediatamente posterior ao 25 de Abril. Entre os antecedentes remotos da constituição do PPD contam-se o questionamento e a contestação ao Estado Novo por parte de setores liberalizantes da sociedade portuguesa. Este processo encontra na sua origem, como salienta Marcelo Rebelo de Sousa (2000: 14), essencialmente três linhagens: uma de natureza social-cristã, predominantemente através da atuação de movimentos e grupos católicos; uma de matriz social-liberal, centrada no liberalismo político, através da abertura política e da democratização do regime; e outra, tecnocrático-social, focada no liberalismo e no desenvolvimento económico como principais fatores de mudança. Estas linhagens, embora cruzando-se com frequência e tendo por vezes veículos de expressão comuns, como associações ou grupos de reflexão e debate, correspondem a ideias e linhas de força distintas, conferindo ao partido um perfil heterogéneo específico.

Como antecedentes mais próximos do seu surgimento destacam-se a constituição da Ala Liberal, em 1969 (onde a linhagem centrada na liberalização política encontra um palco relevante), a SEDES, associação cívica criada em 1970 (particularmente influenciada pelas ideias de liberalismo e desenvolvimento económicos, sobretudo na fase inicial do marcelismo) e o lançamento do semanário *Expresso*, em 1973, que constitui um dos palcos fulcrais de expressão do debate político-partidário de então e confere especial visibilidade às ideias e a alguns dos protagonistas do futuro PPD. A 26 de abril de 1974, Francisco Sá Carneiro desloca-se a Lisboa, ao centro dos acontecimentos, regressando logo de seguida ao Porto. A 27 dá uma entrevista à RTP, em sua casa, em que se congratula com o 25 de Abril e, evocando a sua intervenção política no passado próximo, menciona a possibilidade de criação de um partido político. Configuram-se essencialmente duas vias, para a constituição do novo partido. Uma consiste na conversão da SEDES, onde estão Sá Carneiro, Joaquim Magalhães Mota e outros elementos próximos do mesmo ideário, num partido político. Outra corresponde à criação de um partido a partir do zero, construindo de raiz a sua estrutura e organização. Ambas serão mantidas em aberto, durante os dias seguintes. Sá Carneiro regressa a Lisboa, a 28, sendo recebido pelo presidente da Junta de Salvação Nacional, António de Spínola, com quem troca impressões sobre a situação política nacional. À saída, menciona aos jornalistas a necessidade da criação de um partido do centro. A 29, reúnem-se no Hotel Fénix, em Lisboa, membros da SEDES e personalidades próximas da sua área de influência, para discutir os vários cenários de transição e intervenção. A reunião salda-se num impasse, devido à existência de diversas sensibilidades na associação. O tempo

urge e, neste contexto, prevalece a opção pela criação de raiz do novo partido. Muitos núcleos e associados da SEDES viriam depois a aderir ao PPD, de forma autónoma da sua participação na associação. A 1 de maio é realizada uma reunião, em casa de Veiga Simão, sob o patrocínio de Spínola, com o objetivo de promover a fusão entre os projetos de criação do PPD e do CDS, ambos em fase embrionária. Este intento acaba por sair gozado: Sá Carneiro, que entende tratarem-se de duas correntes distintas e divergentes, envia João Pedro Miller Guerra e Marcelo Rebelo de Sousa a esta reunião, com a missão de recusar tal aproximação (Stock, 1989: 448). O núcleo fundador do novo partido, constituído por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, Joaquim Magalhães Mota e João Pedro Miller Guerra, é recebido por Spínola, em Belém, a 3 de maio. Vasco Vieira de Almeida, que contribui para o nascimento do novo partido, embora não integre o núcleo de fundadores, assiste ao encontro. São apresentadas, na audiência, as grandes linhas de orientação do PPD. A questão do Ultramar é equacionada por Sá Carneiro, Balsemão e Magalhães Mota de forma moderada, atribuindo prioridade à nova constituição e prevendo a autodeterminação na sequência de um processo de consulta e de livre manifestação dos povos dos respetivos territórios. Miller Guerra assume uma posição mais radical, defendendo a independência imediata. O tom que confere à questão surpreende os presentes e Miller Guerra acaba por deixar intempestivamente a sala, antes do fim da audiência. O núcleo fundador fica, a partir daqui, reduzido a 3 elementos. O anúncio, a 4 de maio, da criação do Partido Cristão Social-Democrata inviabiliza a utilização do nome inicialmente pretendido, Partido Social-Democrata, devido à sua semelhança. A designação adotada, Partido Popular Demo-

crático, é sugerida por Rúben Andersen Leição no decurso de uma reunião do núcleo fundador, no *Expresso*, a 6 de maio (que Sá Carneiro acompanha por telefone, do Porto). Esta designação manter-se-á até finais de 1976. O anúncio público da constituição do PPD é realizado no mesmo dia. O comunicado é redigido por Marcelo Rebelo de Sousa, no *Expresso*, aprovado pelos fundadores e lido no *Telejornal* da RTP. De acordo com o seu primeiro ponto “os promotores do Partido Popular Democrático (PPD), Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota comunicam publicamente a organização do Partido, que foi apresentada ao general António de Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional, em audiência do passado dia 3”. Esta acaba por se tornar a data de constituição do PPD habitualmente considerada pela generalidade das fontes. A definição da orientação programática avança de imediato, em paralelo com a organização da sua estrutura. Sá Carneiro prepara um primeiro esboço de linhas programáticas e entrega a António Barbosa de Melo, Carlos Mota Pinto e Jorge Figueiredo Dias, a 8 de Maio, a missão de ultimar uma proposta de anteprojecto. No seu período inicial, o partido assume um posicionamento de centro-esquerda, de pendor nacional, reformista e humanista, de cariz predominantemente social-democrático, conquanto este viesse, a prazo, a ser apontado quer como fim, quer como meio para atingir o Socialismo. Tal postura deve entender-se à luz das idiossincrasias que o sistema partidário de então apresenta, tendencialmente orientado para a esquerda — daí alguma ambiguidade que caracteriza a atuação do PPD. Quanto ao Ultramar, o PPD reconhece o direito à autodeterminação, defende o imediato cessar-fogo negociado, admite a possibilidade de existência de estatutos diferenciados e defende o re-

curso ao voto popular (Sousa, 2000: 66). Será, mais tarde, fortemente crítico das circunstâncias em que a descolónização é efetuada e das condições em que os refugiados são recebidos em Portugal. A luta contra a unicidade sindical, através da qual se preconiza a obrigatoriedade de uma única estrutura sindical, defendida pelo PCP e pelo MFA, é um dos vetores fundamentais da orientação programática do partido. O PPD luta, a par do PS, pela defesa do pluralismo sindical e de uma eventual unidade sindical, sem imposição legal. Apesar de o PS assumir o protagonismo no combate contra a unicidade sindical a partir do início de 1975, o PPD é o partido que mais consistentemente luta por este objetivo, em 1974. A questão em torno da gestão dos meios de produção perfila-se como outro ponto essencial da sua base programática, defendendo desde logo a cogestão, em detrimento da autogestão. Esta posição leva Sá Carneiro a afirmar, no I Congresso do PPD, que a “cogestão está para a autogestão como a Social-Democracia está para o Socialismo”, numa fórmula que virá a ser insistentemente repetida. O acesso às instituições públicas, ainda antes da realização de eleições, é fundamental para a afirmação dos partidos. Neste cenário, o PPD consegue uma importante vitória, no I Governo Provisório, formado em maio e liderado por Adelino da Palma Carlos. O partido integra o executivo, com dois ministros: Sá Carneiro, ministro sem pasta e ministro-adjunto do primeiro-ministro, e Magalhães Mota, ministro da Administração Interna, para além de Nelson Trigo, secretário de Estado do Abastecimento e Preços. Fora do Governo, Barbosa de Melo e Jorge Miranda integram a Comissão para a Elaboração da Lei Eleitoral e Júlio Castro Caldas é nomeado para a administração da RTP. Enquanto a frente governativa e ligada às instituições do Estado avança, o PPD prossegue também

o processo de organização interna. A 12 de junho é realizada uma reunião na Curia, na qual é discutida a proposta de anteprojecto de linhas programáticas, a admissão de membros e a liderança no período imediato. Nela participam, entre outros, Pinto Balsemão, Magalhães Mota, António Carlos Lima e Jorge Sá Borges, então presidente da SEDES, bem como elementos da SEDES do Porto, de Leiria, de Elvas e de Évora (Sousa, 2000: 68). Sá Carneiro encontra-se ausente desta reunião. A comissão política provisória, o primeiro órgão do PPD, forma-se no mesmo mês. Integram-na Sá Carneiro (como seu presidente, a par das funções de secretário-geral provisório, que também assume), Pinto Balsemão, Magalhães Mota, Barbosa de Melo, Mota Pinto, Montalvão Machado, Miguel Veiga, Ferreira Júnior, António Carlos Lima, António Salazar Oliveira, Jorge Correia da Cunha, Jorge Figueiredo Dias e Sá Borges, sendo as reuniões secretariadas por José Manuel Simões de Almeida (Stock, 1989: 450). Concomitantemente, o *Expresso* recebe um enorme volume de correspondência, incitando ou apoiando a criação do novo partido (idem: 438). A dinâmica de implantação do PPD, que o marcará profundamente, projeta-se fundamentalmente da província, particularmente do norte do país, para a capital; de tal forma que Vila Real se torna a segunda sede nacional do PPD. Sob a direção de Sá Borges, o secretariado da regionalização viaja pelo país durante o verão de 1974, a fim de recrutar personalidades relevantes a nível local, observando duas direções simultâneas: de norte para sul e do interior para a capital (idem: 456). O surgimento do PPD nos Açores e na Madeira segue um percurso em grande medida autónomo. Nos Açores, encontra-se indissociavelmente ligado ao surgimento do Partido Popular Democrático Açoriano (PPDA), em que João Mota Amaral desem-

penha um papel destacado. Na Madeira, o arranque do PPD far-se-á um pouco mais tarde. Com a dissolução da Frente Centrista da Madeira, em agosto de 1974, um dos fundadores, Alberto João Jardim, adere ao PPD, iniciando assim o respetivo processo de implantação. Esta dinâmica de progressão não marca o partido apenas no seu início. Até 1977, cerca de 80% dos militantes do PPD são provenientes dos distritos a norte de Aveiro, dos Açores e da Madeira (Frain, 1998: 44-45). Esta tendência imprime ao PPD um perfil de base local e regional, expresso na tipologia dos militantes, no seu eleitorado, nos grupos de interesse e nas organizações associadas. A par do estabelecimento e da estruturação interna do partido, assiste-se ao surgimento de organizações paralelas ou associadas, essenciais para a sua consolidação institucional e progressiva afirmação no terreno. É o caso do Núcleo de Jovens do PPD, que surge na primeira semana de junho de 1974 e se converte, ainda no mesmo mês, em Juventude Social-Democrata bem como dos Socioprofissionais, surgidos em embrião no final de junho, dando mais tarde lugar aos Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD). Quanto às vias para a ação imediata, Sá Carneiro valoriza a esfera governativa, na qual se empenha diretamente (secundado por Magalhães Mota), a comunicação social, em que se destacam Balsemão e Marcelo Rebelo de Sousa, e a implantação de base, liderada pelo grupo de Sá Borges, cujo desempenho na matéria se revela crucial (Stock, 1989: 453). Na sequência da demissão do primeiro-ministro, os ministros do PPD, Sá Carneiro e Magalhães Mota, apresentam a respetiva demissão. Ao regressar à realidade partidária, Sá Carneiro dá-se conta de que o partido evoluirá, não só em termos de implantação, mas também da expansão do poder do grupo liderado por Sá Borges, em prejuízo da sua

própria influência. Não se tendo ainda assumido de forma inequívoca como líder efetivo do partido, Sá Carneiro apercebe-se de que este lhe escapa. Não é alheio a esta situação o apoio que reservara a Palma Carlos, que conduz a algum desgaste interno, na medida em que a comissão política provisória discorda de tal apoio. A necessidade de manter uma maior proximidade entre o partido e o poder leva a que o PPD mantenha representantes nos governos seguintes, apesar da postura crítica mantida face aos mesmos. Esta é a tese da vela, aprovada pela comissão política provisória, que postula a manutenção de uma presença simbólica no executivo, conquanto pouco comprometida (Sousa, 2000: 151). Fiel a este espírito, o PPD evita, em julho de 1974, a participação de Sá Carneiro no II Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves e constituído com o apoio do MFA e do PCP. O partido justifica esta opção com a maior utilidade do empenho de Sá Carneiro na esfera partidária, e indica Magalhães Mota. A 13 de agosto é publicado o primeiro número do *Porto Livre*, jornal oficial do partido, com uma edição de 8 páginas. A sua dimensão aumentará, ao longo do tempo, crescendo e afirmando-se como elemento essencial da comunicação do PPD. A aposta na projeção internacional mobiliza uma parte significativa da energia do partido, entre meados de setembro e meados de outubro. Numa missão organizada com o apoio da União Europeia das Democracias Cristãs, Sá Carneiro visita várias instituições da Comunidade Económica Europeia e da Bélgica, entregando ao presidente da Comissão Europeia, François-Xavier Ortoli, um memorando no qual o "(...) o Partido Popular Democrático defende a integração de pleno direito de Portugal na CEE" (idem: 213). O PPD assume a vanguarda na questão europeia. Efetuam-se ainda, neste período, diversas viagens de diri-

gentes do PPD a países da CEE, explicitando o processo em curso em Portugal e estabelecendo múltiplos contactos. No que diz respeito à sua filiação internacional, a quase totalidade dos dirigentes do PPD prefere, neste período, a integração na Internacional Socialista (incluindo Sá Carneiro, Balsemão e Sá Borges). O Partido Socialista leva, contudo, a dianteira neste processo e é contrário à adesão do PPD. Por outro lado, a possibilidade de candidatura à União Europeia das Democracias Cristãs, explorada por alguns dirigentes, é, apesar das boas relações existentes, afastada por Sá Carneiro (idem: 107). O PPD manter-se-á assim sem filiação internacional, durante anos, não conseguindo integrar a Internacional Socialista e preferindo não aderir à União Europeia das Democracias Cristãs. Entretanto, desenvolve-se o processo conducente à convocação, por Spínola, da manifestação da "maioria silenciosa", prevista para 28 de setembro. O PPD não apoia a manifestação e hesita, quase até à data, sobre a possibilidade de se demarcar da iniciativa e de a condenar publicamente (idem: 221-222). Apesar disso, Magalhães Mota é mandatado pela comissão política, por unanimidade, para votar em Conselho de Ministros contra uma eventual tentativa de proibição da manifestação. Simultaneamente, o PPD debate a assinatura conjunta com PS e PCP de um comunicado contra a manifestação. Posteriormente, na sequência do falhanço da iniciativa, o PPD não aceita participar na manifestação unitária que se lhe segue, promovida pelo PCP, MDP/CDE e PS. O PPD encontra-se assim à procura do seu espaço próprio, num território já marcado por diversas linhas de clivagem. O primeiro grande comício nacional do partido realiza-se em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, a 25 de outubro. A situação política agudiza-se, extremando-se os campos da conflitualidade interpartidária. Em

novembro, o PPD rompe relações com o MDP/CDE, mantendo contudo os contactos formais com o PCP. O confronto com o PS é ainda mitigado apesar de, a prazo, o erigir estrategicamente como principal adversário, face à necessidade de definição do espaço a ocupar no espectro político-partidário de então. O PPD parte para o seu I Congresso sob o signo de "Uma solução socialista", em editorial não assinado do *Porto Livre*, de 19 de novembro, e com um significativo trabalho de implantação realizado. Como declara Sá Borges em conferência de imprensa, o partido cobre já 90 por cento dos concelhos portugueses, tendo representações em 60 por cento das freguesias e cerca de 100 sedes (idem: 232). O Congresso é preparado em ambiente de grande tensão e, com as negociações para as listas e anteprojetos de programa, tornam-se mais explícitas as dissensões intrapartidárias e a manifestação de algumas ambiguidades na ação do partido. O I Congresso tem lugar a 23 e 24 de novembro de 1974, no Pavilhão dos Desportos. Os objetivos fundamentais consistem, formalmente, na aprovação dos estatutos, na discussão e aprovação do programa e na eleição dos órgãos nacionais. O peso de Sá Borges faz-se sentir, desde logo, nas listas de delegados. Sá Carneiro, temendo as possíveis consequências de um conflito aberto, acaba por negociar as listas para os órgãos nacionais com Sá Borges. Resulta, deste processo, um Sá Carneiro limitado, de várias formas, na sua capacidade de influência sobre o partido: ausente da vida partidária durante o I Governo Provisório, atingido pela crise Palma Carlos, conotado com Spínola no episódio do 28 de Setembro e, agora, obrigado a negociar com Sá Borges. Apesar de Sá Carneiro surgir formalmente como o líder destacado, eleito como secretário-geral e proferindo os discursos de abertura e de encerramento, é Sá Borges quem refor-

ça a sua posição, sendo eleito membro da comissão política e assumindo uma influência muito significativa nas listas dos órgãos nacionais. Para além da diferença de personalidades, as divergências centram-se na relação com a esquerda. Sá Borges admite a possibilidade de um entendimento com o PCP, mesmo à margem do PS. Sá Carneiro, por seu lado, mostra-se intransigente na defesa da colaboração com o PCP apenas em conjunto com o PS e assume uma postura crescentemente crítica face ao MFA. É perceptível, para os mais próximos, que Sá Carneiro não se encontra bem de saúde, queixando-se em privado de fortes indisposições. Depois de breve recuperação, adoece gravemente em inícios de fevereiro de 1975, em plena crise intrapartidária e no quadro de uma conflitualidade crescente no sistema político português. Na sequência do I Congresso, o PPD vive, contudo, uma situação de euforia, fruto da consolidação, da unidade (conquanto aparente) e da capacidade de organização e mobilização reveladas. Poucos dias depois, a 29 de novembro, é organizado um comício no Porto que reúne mais de 20 000 pessoas, dando um primeiro sinal do que virá a ser a adesão do norte ao PPD e, em grande medida, a Sá Carneiro. Independentemente das clivagens internas, este comício é um sinal indubitável da aceleração do crescimento e da influência do partido no terreno. De facto, no âmbito interno, em 1975, o PPD debate-se com graves tensões que o impedem de formular uma estratégia mais precisa e coerente. Depois da fase de constituição embrionária e institucional, este é um período determinante na vida do partido. O conflito entre Sá Carneiro e Sá Borges não termina com a conclusão do I Congresso. Na semana seguinte, Sá Carneiro reage à não inclusão de Manuel Alegria e de Rui Machete na comissão política, nomeando-os secretários-gerais-adjuntos, e

confirma Alfredo de Sousa no Gabinete de Estudos. Estas nomeações são encaradas, pelos opositores, como visando acentuar o conflito existente. Prosseguindo a aposta nos contactos internacionais, Sá Carneiro viaja poucos dias depois para os EUA com uma comitiva que integra também Balsemão, Rui Machete, Ernâni Lopes e Conceição Monteiro, que se juntam a António Patrício Gouveia, que se encontra já nos EUA. Do ponto de vista programático e estratégico, o PPD oscila neste período entre a clivagem clara com o PCP e o MFA (por exemplo, com a defesa da liberdade sindical e com a defesa da realização das eleições para a Constituinte na data acordada com o PS – contra o PCP e o MFA, que defendem o seu adiamento) e a necessidade de não descolar do Governo e do MFA, de forma a aprofundar a sua afirmação institucional. Estas são incongruências resultantes da instabilidade interna do partido, bem como do clima político então vigente. A legalização dos partidos políticos chega, finalmente, no início de 1975. A 17 de janeiro, o PPD é o terceiro partido a legalizar-se, com 6300 assinaturas (sendo 5000 o mínimo exigido), depois do PCP (a 12) e do CDS (a 13) e antes do PS (a 18) (Sousa, 2000: 291). Num comício em Aveiro, a 1 de fevereiro, perante mais de 6000 pessoas, Sá Carneiro, naquele que é o seu último discurso público até setembro, ataca o PCP e o MDP/CDE, responsabilizando-os pelo afastamento do rumo democrático que impõem ao processo em curso. A 11 de março, na tentativa de golpe militar organizada por Spínola, o PPD assume imediatamente uma posição de repúdio, emitindo um comunicado da comissão política nacional e participando muitos dos seus militantes na manifestação de apoio ao MFA, em Lisboa, ao fim da tarde do mesmo dia (Stock, 2000: 49+). Durante a ausência de Sá Carneiro em Londres, para

onde se desloca a 29 de março para tratamento, desenham-se três polos no partido. Um, mais ligado ao secretário-geral, marcado pela presença de Magalhães Mota (que integrara o III Governo Provisório como ministro sem pasta), articulado com Rui Machete, ambos fundamentalmente intervenientes no campo da estratégia política e da orgânica partidária. Outro, liderado por Sá Borges (que assumirá a pasta dos Assuntos Sociais no IV Governo Provisório liderado por Vasco Gonçalves, de março a agosto de 1975), com o apoio do setor sindical e que arrancara com a implantação do partido. Outro ainda, menos relevante no crescendo da tensão interna, mas com responsabilidade na produção doutrinária, o chamado Grupo de Coimbra, apoiado pela JSD e com um peso considerável no grupo parlamentar, tendo por expoente máximo Mota Pinto. A 25 de abril de 1975 têm lugar as Eleições para a Constituinte. O PPD enfrenta-as com o seu líder ausente no estrangeiro (Sá Carneiro desloca-se a Portugal apenas para participar no ato eleitoral), o que acaba por estimular o papel e a maior intervenção das bases do partido. Este será, aliás, um fator a contribuir para que o PPD, que surge como um partido de quadros, se transforme num partido de massas. Os ataques ao PPD, conduzidos pelo PCP, MDP/CDE e restante extrema-esquerda (por vezes de forma violenta) até ao final do Verão Quente, criam um inimigo comum e mobilizam as bases, constituindo outro fator essencial neste processo. A afirmação do PPD como partido de militantes, intervenientes, participantes e, até, críticos dos quadros partidários é, como sublinha Marcelo Rebelo de Sousa, “muito interessante, porque é lento – faz-se ao longo de muitos meses – e porque vai colher de surpresa todos os que nunca trabalharam na implantação de base, ou o fizeram no arranque e deixaram de o fazer” (Sousa,

2000: 326). O PPD obtém, nas eleições para a Constituinte, 26,4% dos votos e 81 deputados, afirmando-se como o segundo partido mais votado, depois do PS (com 37,9% dos votos e 116 deputados, num parlamento com 250 deputados). Os resultados obtidos confirmam a progressiva relevância do papel do PPD no cenário político. Contudo, Sá Carneiro, na sequência de uma convalescença lenta e de evolução imprevisível, solicita ao presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Nacional, Nuno Rodrigues dos Santos, a convocação de um Conselho Nacional, a fim de se eleger um secretário-geral interino. A 24 e 25 de maio realiza-se o Conselho Nacional, em que é eleito Emídio Guerreiro, após extensas e atribuladas votações. Na Assembleia Constituinte, o PPD desempenha um papel essencial na elaboração da Constituição e na afirmação do regime democrático, destacando-se pela respetiva participação nos trabalhos alguns deputados, como Mota Pinto (líder da bancada parlamentar), Jorge Miranda, Barbosa de Melo ou Marcelo Rebelo de Sousa. Emídio Guerreiro conduz o PPD garantindo a distância face ao MFA (posição idêntica à assumida pelo PS e CDS) e reafirmando a legitimidade que os partidos acabaram de receber por via eleitoral. A liderança do grupo parlamentar é então assumida por Mota Pinto, guardando-se o líder do partido para declarações formais em momentos de maior relevância política. Contudo, Emídio Guerreiro toma por vezes decisões que colidem com as assumidas nos órgãos do partido. É o caso, por exemplo, dos primeiros encontros do novo líder com os restantes partidos, para a apresentação de cumprimentos. Emídio Guerreiro agenda o seu primeiro encontro com Álvaro Cunhal, contrariando uma decisão anterior do secretário e correndo o risco de transmitir publicamente uma proximidade com o PCP

muito maior do que a pretendida, transformando-o no seu parceiro mais chegado. É Marcelo Rebelo de Sousa quem encontra forma, *in extremis*, de Mário Soares receber Emídio Guerreiro no mesmo dia, pouco antes do encontro com o PCP. A 10 de julho de 1975, na sequência do caso República, o PS decide sair do Governo. O PPD mantém-se (com o MFA e o PCP), apesar do intenso debate interno, e apresenta condições ao presidente da República para a sua continuação. Enquanto o PS anuncia a saída e a concretiza de imediato, o PPD é mais lento e equívoco, mantendo a sua presença no Governo. Contudo, não vendo satisfeitas as condições apresentadas, acaba por sair a 17 de julho. Esta postura é vista como ambígua, contrastando com a rutura assumida desde logo pelo PS. O PPD já não integra o V Governo Provisório, em agosto de 1975 – o último Governo de Vasco Gonçalves, apoiado apenas pelo PCP, MDP/CDE e Intersindical. Em finais de agosto, num contexto em que Emídio Guerreiro procura mobilizar a influência do PPD para a queda do V Governo Provisório, Sá Carneiro começa a anunciar o respetivo regresso, preparando-se para reconquistar o partido e o seu protagonismo político. Tal torna-se evidente na entrevista que dá ao *Jornal Novo*, a 26 de agosto, defendendo posições mais moderadas, passando de uma visão da Social-Democracia como via para o Socialismo para uma visão da Social-Democracia como fim em si mesmo. Segue-se, a 4 de setembro, uma outra entrevista, ao *Tempo*, com idêntico propósito de demarcação face a Emídio Guerreiro, de forma a recuperar o seu espaço no quadro político-partidário. O VI Governo Provisório, liderado por Pinheiro de Azevedo e formado com base nos resultados eleitorais para a Assembleia Constituinte, toma posse a 19 de setembro, com quatro ministros socialistas, um comunista e

dois sociais-democratas. Pelo PPD, Magalhães Mota na pasta do Comércio Interno e Jorge Sá Borges nos Assuntos Sociais, para além de diversos secretários de Estado: Joaquim Lourenço (Fomento Agrário), Artur Santos Silva filho (Tesouro), Carlos Macedo (Saúde), Rui Machete (Emigração), José Manuel Meneres Fimentel (Recuperação Social), José Carlos Alfaia Pinto Pereira (Comércio Interno), José António Furtado Fernandes (Formação Profissional) e Vasco Graça Moura (Retornados). O iminente regresso de Sá Carneiro tem como consequência direta o agudizar da tensão com o PCP, na medida em que o primeiro defende a saída deste partido do VI Governo Provisório e assume o apoio aos refugiados de Angola (que Álvaro Cunhal acusa de serem contrários ao PREC). Propicia, ainda, a progressiva aproximação de Emídio Guerreiro, Sá Borges e Mota Pinto, numa “ala esquerda”, predisposta a uma interpretação mais progressista do programa e suscitando maior tensão interna. A 24 de setembro, Sá Carneiro anuncia, em conferência de imprensa, que informara o presidente do Congresso e do Conselho Nacional de estar em condições de reassumir o cargo de secretário-geral, na reunião do Conselho Nacional. Nesta reunião, realizada a 27 e 28, na Estalagem Via Norte, no Porto, Sá Carneiro responde, numa extensa e detalhada intervenção, às violentas críticas que lhe são dirigidas por alguns militantes (é o caso de Emídio Guerreiro, Carlos Macedo, Artur Santos Silva pai, Vasco Graça Moura, Miguel Veiga e Paulo Guedes de Campos) e solicita a aprovação do seu regresso através de votação secreta. Vence de forma esmagadora, com 111 votos a favor, 14 contra e 4 abstenções. O II Congresso é convocado, para 6 e 7 de dezembro, e o Conselho Nacional da “Via Norte” torna-se num momento mítico do percurso de Sá Carneiro. Entretanto, registam-

-se várias manifestações e comícios, exigindo o regresso dos militares aos quartéis, e Sá Carneiro centra a sua ofensiva na defesa do VI Governo e do setor militar que o apoia, unindo assim o partido e ultrapassando as feridas do Conselho Nacional. A par deste processo, assiste-se a uma breve descompressão das relações entre PPD e PS, enfrentando ambos o PCP. Na sequência do cerco à Constituinte, entre 12 e 13 de novembro, o PPD (a par do PS e do CDS) transferem temporariamente as estruturas e bases operacionais, incluindo lideranças e grande parte da direção parlamentar, para o Porto. A comissão política nacional (afeta a Sá Borges) diminui progressivamente a sua influência, ao longo do processo que culmina com o 25 de Novembro, enquanto o secretariado nacional (da confiança de Sá Carneiro) se encontra num crescendo de atividade e de capacidade de mobilização do partido. De 23 a 28 de novembro, Sá Carneiro e Rui Machete deslocam-se à República Federal da Alemanha, onde se encontram com Helmut Schmidt e Willy Brandt. São apanhados de surpresa, no estrangeiro, pelo precipitar dos acontecimentos de dia 25. Do ponto de vista dos partidos políticos, o 25 de Novembro ocorre num período de clivagem crescente entre PPD e PS, concorrendo ambos pela liderança na afirmação do processo democrático. Na sequência dos acontecimentos de 25, o PPD defende a saída do PCP do Governo – o que apenas se virá a verificar no verão de 1976, quando o VI Governo dá lugar ao I Governo Constitucional de Mário Soares. Cerca de duas semanas depois, a 6 e 7 de dezembro, ocorre o II Congresso Nacional, em Aveiro. Internamente, a questão centra-se em saber se o órgão colegial executivo deverá ser a comissão política nacional, ou o secretariado nacional, eleito por lista em bloco. Sá Carneiro defende a alteração dos Estatutos do PSD no sentido da se-

gunda opção, de modo a favorecer a homogeneidade da liderança. Na análise da situação nacional, é reafirmado o apoio a uma evolução democrática e civil, bem como o apoio ao VI Governo Provisório e ao cumprimento do seu programa. Sá Carneiro exige a saída do PCP do VI Governo (considerando que representa um fator de instabilidade e um obstáculo ao próprio cumprimento do programa de governo) ou, em alternativa, a revisão, em certas condições, do Pacto MFA-Partidos. Esta posição, apesar de correr o risco de transmitir internamente a ideia de cedência, para mais num contexto de anticomunismo acentuado na sequência do 25 de Novembro, permite a Sá Carneiro ganhar algum reconhecimento e espaço de manobra junto do MFA e, igualmente relevante, esvaziar os principais argumentos da sua oposição interna, mais à esquerda. Surge neste congresso a Plataforma Social-Democrata para o Socialismo que, sem nunca questionar explicitamente a liderança de Sá Carneiro, se apresenta como oposta às suas teses. Assinada por Sá Borges, Emídio Guerreiro, Carlos Mota Pinto, José Augusto Seabra, Serras de Oliveira, Miguel Veiga, Vasco Graça Moura e Olívio França, entre outros, esta plataforma contesta a hegemonia da liderança e pretende afirmar a proporcionalidade na eleição dos órgãos nacionais. Esta proposta é derrotada, na votação. Na sequência deste desfecho, uma extensa lista de militantes (incluindo 21 deputados) sairá do partido. Contam-se, entre estes, Sá Borges, Emídio Guerreiro, Carlos Mota Pinto, José Augusto Seabra, Vasco Graça Moura e Miguel Veiga. Ainda no rescaldo do congresso, um conjunto de militantes que permanece no partido divulga, a 15 de dezembro, o documento “Militantes do PPD Apresentam Condições”. Subscrevem o documento, Marcelo Rebelo de Sousa, António Rebelo de Sousa, Ângelo Correia e Gui-

lherme Oliveira Martins, entre outros. Sá Carneiro acede às principais pretensões dos condicionais e o Conselho Nacional de 24 e 25 de janeiro de 1976, em Coimbra, decorre sob o signo da tentativa de pacificação interna: é consagrado o direito estatutário de tendência (que leva à formalização do Centro de Estudos e Reflexão Social-Democrática – CERESD), procura-se recuperar os militantes que saíram do partido na sequência do Congresso de Aveiro, Sá Carneiro insere alguns condicionais no governo-sombra entretanto constituído e cauciona a inclusão de outros na comissão executiva do conselho nacional (Sousa, 2000: 1126-1127). O II Pacto MFA-Partidos é subscrito pelo PPD, juntamente com os restantes partidos com representação parlamentar. Na assinatura, a 26 de fevereiro de 1976, o PPD é representado por Magalhães Mota, recusando-se Sá Carneiro a participar na cerimónia (Ávilaz, 2010 [1982]: 141). A 25 de abril de 1976 realizam-se as eleições para a Assembleia da República, obtendo o PPD 24,4% dos votos e 73 mandatos, num parlamento com 263 deputados. Os resultados são recebidos com decepção, já que se esperava ultrapassar claramente o número de votos obtidos um ano antes, na Constituinte. Castigado, sobretudo, pelo crescimento do CDS, que passa de 7,6% para 16,0% dos votos, o PPD vê frustrados os seus objetivos. Nas primeiras Eleições Presidenciais, em junho de 1976, o PPD apoia Ramalho Eanes, antecipando-se à declaração pública de apoio do PS. Ramalho Eanes, com o capital político obtido no 25 de Novembro e o apoio do PPD, do PS e do CDS, entre outros, é eleito à primeira volta, com 61,5% dos votos. Em julho, Eanes convida Mário Soares, líder do PS, o partido mais votado nas eleições legislativas, para formar Governo. O novo Governo, aceite pelo presidente da República, não integra

elementos do PPD. Esta decisão constitui uma desilusão e potencia o atrito entre Sá Carneiro e o recém-eleito presidente da República. No Conselho Nacional de 2 e 3 de outubro de 1976, no Hotel Estoril-Sol, em Cascais, o partido adota a designação Partido Social-Democrata e a sigla PSD. A 30 e 31 de outubro são realizados o III e IV Congressos, em Leiria. A realização de dois congressos em dias sucessivos deve-se a uma alteração estatutária (em que é criado o cargo de presidente e definida a existência de três vice-presidências) e ao objetivo da sua concretização imediata (uma vez que a alteração apenas tem efeito no congresso seguinte). É a partir de Leiria que o PSD substitui, no enquadramento orgânico do seu líder, a figura de secretário-geral pela de presidente, sendo para tal eleito Sá Carneiro, a par dos vice-presidentes Rui Machete, Barbosa de Melo e Sousa Franco. A 12 de dezembro de 1976 são realizadas Eleições Autárquicas. O PSD conquista a presidência de 115 câmaras municipais (número igual ao obtido pelo PS). Esta é, depois dos resultados das Eleições Legislativas de 1976 e do afastamento do Governo constituído na sua sequência, uma importante vitória para o PSD, que virá a disputar em condições de igualdade com o PS a liderança na administração local. Os resultados obtidos demonstram adicionalmente, de forma inequívoca, a sólida implantação que o PSD alcança no país em cerca de dois anos e meio de atividade. Se fatores internos, como a heterogeneidade do partido aquando da sua constituição, as diferentes linhagens subjacentes, as características das respetivas elites e a forma de implantação no terreno, se constituem como fatores de base das subseqüentes clivagens internas, também as tensões presentes no sistema político-partidário se configuram não só como outra variável explicativa das ambigüidades e conflitos intrapartidários, como so-

fram igualmente o respetivo impacto (Sto-ck, 1989). A inter-relação permanente destas dimensões deixa impressa no PPD/PSD um perfil muito específico, que a sua posterior identidade e ação irá redefinindo. *V. tb.* ALMEIDA, LEONARDO EUGÉNIO RAMOS RIBEIRO DE; BALSEMÃO, FRANCISCO JOSÉ PEREIRA PINTO; CARNEIRO, FRANCISCO MANUEL LUMBRALES DE SÁ; CASTRO, ANTÓNIO JOAQUIM DA SILVA AMADO LEITE DE; CORREIA, JOSÉ MANUEL RIBEIRO SÉRVULO; DIREITOS FUNDAMENTAIS; ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE; ELEIÇÕES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1976; ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E OS; EXPRESSO; FRANÇA, OLÍVIO DA SILVA; FRANCO, ANTÓNIO LUCIANO PACHECO DE SOUSA; GOVERNO CONSTITUCIONAL, I; GOVERNO PROVISÓRIO, IV; GOVERNO PROVISÓRIO, VI; GUERREIRO, EMIÍDIO; IGREJA CATÓLICA; INTER-SINDICAL NACIONAL; JARDIM, ALBERTO JOÃO CARDOSO GONÇALVES; JÚNIOR, JOSÉ FERREIRA; LEAL, ARTUR VIDEIRA PINTO CUNHA; LOJA, ANTÓNIO EGÍDIO FERNANDES; MACEDO, CARLOS MATTOS CHAVES MASCARENHAS DE; MACHADO, MÁRIO JÚLIO MONTALVÃO; MACHETE, RUI MANUEL PARENTE CHANCERELLE DE; MANIFESTAÇÕES DO 1.º DE MAIO; MELO, ANTÓNIO MOREIRA BARBOSA DE; MENDES, ANTÓNIO JOAQUIM BASTOS MARQUES; MIRANDA, JORGE MANUEL MOURA LOUREIRO DE; MOTA, JOAQUIM JORGE MAGALHÃES SARAIVA DA; MOURA, VASCO NAVARRO DA GRAÇA; NACIONALIZAÇÕES; PACTO MFA-PARTIDOS; PIMENTEL, JOSÉ MANUEL MENÉRES SAMPAIO; PINTO, CARLOS ALBERTO DA MOTA; PODER LOCAL; POLÍTICA EXTERNA; POVO LIVRE; PROVIDOR DE JUSTIÇA; REFORMA AGRÁRIA; RIBEIRO, MARIA RAQUEL; ROSETA, MARIA HELENA DO REGO DA COSTA SALEMA; ROSETA, PEDRO MANUEL CRUZ; SANEAMENTOS POLÍTICOS NA EDUCAÇÃO; SANTOS, NUNO AIRES RODRIGUES DOS; SAPINHO, JOSÉ GONÇALVES; SEABRA, JOSÉ AUGUSTO BAPTISTA LOPES E; SEDES – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

ECONÓMICO E SOCIAL; SILVA, ARTUR EDUARDO BROCHADO DOS SANTOS; SILVA, ARTUR MORGADO FERREIRA DOS SANTOS; SIMÃO, JOSÉ VEIGA; SISTEMAS ELEITORAIS; SOARES, MÁRIO ALBERTO NOBRE; SOCIALISMO; SOUSA, MARCELO NUNO DUARTE REBELO DE; TENGARRINHA, JOSÉ MANUEL MARQUES CARMO MENDES; TRIBUNAIS; TRIBUNAIS; VEIGA, MIGUEL LUÍS KOLBACK DA

[M J S, F Mo]

Bibliografia: Maria João AVILLETZ – *Francisco Sá Carneiro: Solução e Poder*. Alfragide: Oficina do Livro, 2010 [1982] • Marilheresa PRAIN – *PPD-PSD e a Consolidação do Regime Democrático*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998 • Vítor MATOS – *Marcelo Rebelo de Sousa*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012 • Marcelo Rebelo de SOUSA – *Baltazar Rebelo de Sousa. Fotobiografia*. Lisboa: Bertrand Editora, 1999; – *A Revolução e o Nascimento do PPD*, vols. 1 e 2. Lisboa: Bertrand Editora, 2000 • Maria José STOCK – *Elites, Fações e Conflito Intra-partidário. O PPD/PSD e Processo Político Português de 1974 a 1985*. Universidade de Évora: Dissertação de Doutoramento em Sociologia (Sociologia Política), 1989.